

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA

**REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Júlio Delgado)**

Requer a convocação do Sr
ERTON MEDEIROS FONSECA,
diretor-presidente da Divisão de
Engenharia Industrial da Galvão
Engenharia S.A., para prestar
depoimento a esta CPI.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e no art. 218 do Código de Processo Penal; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. ERTON MEDEIROS FONSECA, diretor-presidente da Divisão de Engenharia Industrial da Galvão Engenharia S.A., para prestar esclarecimentos, na condição de investigado, sobre o esquema de desvio de dinheiro nos contratos de obras com a Petrobras.

JUSTIFICAÇÃO

O Sr. Erton Medeiros Fonseca, diretor-presidente da Divisão de Engenharia Industrial da Galvão Engenharia S.A., foi o primeiro dos executivos presos pela Operação Lava Jato a admitir que pagou propina de corrupção instalada na Petrobras. Preso na carceragem da Polícia Federal desde o ano passado, Erton Fonseca “seria, na empreiteira, o principal responsável pelo esquema criminoso”, segundo decisão do juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, que é responsável pelas investigações decorrentes da Operação Lava Jato da Polícia Federal. De acordo com o magistrado, é citado como o mais importante elo do esquema de corrupção na Petrobras “pelos criminosos colaboradores” das investigações. Em interrogatório que consta no processo, Erton Fonseca admitiu os pagamentos às empresas do doleiro Alberto Youssef, “mas alegou ter sido vítima de extorsão”.

Ao acatar a denúncia do Ministério Público Federal contra Erton Fonseca, o juiz Sergio Moro escreveu ainda: “mais do que os depoimentos prestados pelos criminosos colaboradores, Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef, além daqueles prestados por outros acusados e testemunhas, há prova documental dos contratos celebrados entre a Galvão Engenharia e as empresas controladas por Alberto Youssef, com a realização de depósitos vultosos sem aparente causa econômica lícita, e que bastam a conferir, nessa fase, credibilidade à denúncia”. O juiz destacou a existência de contratos envolvendo obras da refinaria de Abreu e Lima (RNEST).

Ante o exposto, entende-se necessária a convocação do Sr. Erton Medeiros Fonseca para esclarecimentos a esta Comissão, na condição de investigado, tendo em vista os fatos acima citados decorrentes da Operação Lava Jato, que apura o esquema de corrupção na Petrobras.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado JÚLIO DELGADO
PSB/MG